

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.949 - MG (2019/0300417-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JEFERSON JUNIO MARTINS ALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JEFERSON JUNIO MARTINS ALVES no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravado em Execução n. 1.0231.17.017657-3/002).

Depreende-se dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves/MG unificou as penas do ora paciente, converteu as penas restritivas de direitos em privativa de liberdade e fixou a data de sua última prisão como termo inicial para a contagem do prazo para concessão de futuros benefícios previstos na Lei de Execução Penal, exceto em relação ao livramento condicional (e-STJ fls. 30/31).

Interposta agravo em execução, os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça negaram provimento ao recurso (e-STJ fls. 82/90).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 86):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - RECURSO DEFENSIVO - UNIFICAÇÃO DE PENAS - CONVERSÃO DA REPRIMENDA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE - NECESSIDADE.

Havendo mais de uma condenação do reeducando, será promovida a unificação das penas, nos termos do art. 111 da LEP. Nos termos do art. 44 do Código Penal, a pena restritiva de direitos deverá ser convertida em privativa de liberdade, se não for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior (art 44, §5º do CP).

Os embargos de declaração opostos pela defesa foram rejeitados nos termos da ementa abaixo transcrita (e-STJ fl.118):

# Superior Tribunal de Justiça

## EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE VÍCIO - QUESTÕES DECIDIDAS EXPLICITAMENTE NO JULGADO.

Se a matéria controvertida foi analisada expressamente no julgado, não há como acolher os embargos declaratórios.

Neste *writ*, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente da conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

Ressalta que *"a decisão impugnada não merece prosperar, por ausência de previsão legal, pois, a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade somente pode ocorrer nas hipóteses legais"*, e reforça que, *"se não é possível ao sentenciado o cumprimento simultâneo de ambas as condenações, o correto é suspender a pena mais branda, até que tenha sido cumprida a pena mais grave"* (e-STJ fl. 7).

Sustenta, por fim, que, no caso, caberia a suspensão da pena substitutiva até que o acusado estivesse em regime de cumprimento com ela compatível.

Dessa forma, requer, liminarmente, a suspensão da decisão colegiada até o julgamento deste *habeas corpus*. No mérito, postula *"a reforma do acórdão objurgado, declarando sua nulidade por ausência de previsão legal para conversão da pena restritiva de direitos, por conseguinte determinar a suspensão das penas restritivas até o implemento do estágio compatível com a simultaneidade de cumprimento das reprimendas exequendas"* (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator